

Povos Indígenas no Brasil

Fonte 0 ESTADO DE S PAULO

Class.: 419

Data 18/09/80

Pg.:

CSN e SNI trabalharão integrados com a Funai



Arquivo

Mário Andreazza

A participação integrada do Conselho de Segurança Nacional e órgãos de informação — entre eles o SNI — no trabalho desenvolvido pela Funai ficou definida, ontem, em Brasília, na reunião que o ministro do Interior, Mário Andreazza, manteve com representantes desses setores. Andreazza explicou que o objetivo do governo federal é o de evitar fatos como os massacres que ocorreram no Xingu e no Gorotire, nas últimas semanas, surpreendendo o governo.

“Esse fator surpresa não pode ocorrer — disse o ministro — e por este motivo, queremos realizar uma ação coordenada de todos os elementos que trabalham, de qualquer forma, ligados aos problemas indígenas no País. Queremos, a partir de agora, saber tudo o que se passa nas áreas indígenas, e isso será possível com a definição do problema das informações e dos canais de informação interna. Inclusive, porque precisamos estar informados sobre pessoas que invadem áreas indígenas, problemas de exploração de madeira nessas áreas e outras situações.”

Andreazza reconheceu que a questão da demarcação das áreas indígenas é, na realidade, muito mais complexo do que lhe pareceu no início do governo, quando chegou a prometer a demarcação de todas as reservas em curto espaço de tempo. “Pensei francamente — afirmou — que o problema fosse bem mais fácil de resolver. Julguei que pudesse fazê-lo num prazo mais curto. Mas estou vendo que se nós conseguirmos realizar essa demarcação durante o governo Figueiredo, isto já será uma grande vitória.” O ministro disse ainda que a Funai já está concluindo a demarcação da reserva xavante de Parabubure e também a de Pimentel Barbosa. Além disso, está sendo dada atenção especial à questão do parque Ianomani, cuja criação é esperada já há alguns meses.

Andreazza reconheceu que alguns setores demonstram desconfiança na atuação da Funai e do Ministério do Interior na condução da política indigenista. “No entanto — frisou — estou

convencido de que ela será dissipada, através de nossas ações concretas, que levarão todos a se convencerem, realmente, dos propósitos que nos animam a assegurar os direitos das populações indígenas.”

Sobre o andamento das demarcações, especialmente nas áreas de tensão, o ministro revelou que estas regiões estão mais ou menos definidas, existindo em torno de 12 áreas críticas que receberão total prioridade do Ministério do Interior e dos órgãos envolvidos na ação integrada.

O ministro acentuou, ainda, que os acontecimentos que têm ocorrido envolvendo índios e posseiros “não influirão, em nada, na condução da política estabelecida para resolver a questão das terras indígenas: o respeito à Constituição e ao Estatuto do Índio”.

A Funai divulgou nota, ontem, anunciando que, até o final do ano, 15 áreas indígenas serão demarcadas, num total de 1.304.350 hectares, que exigirão a aplicação de Cr\$ 23.212.000,00. Das áreas eleitas, poucas estão entre as reservas onde é iminente o conflito entre índios e brancos, como é o caso da área Norte do Parque Nacional do Xingu, e da reserva do Gorotire, no Pará.

Será demarcada a terra dos índios pataxós, na Bahia, que receberão 8 mil hectares de volta do IDBF, situados no Parque Nacional de Monte Pascoal. Os trabalhos nas reservas xavantes de Parabubure e Pimentel Barbosa têm o seu término previsto para 30 de novembro.

Em Roraima, a Funai demarcará as aldeias e postos dos índios Macuxi, Santa Inez, Cajueiro, Ponta da Serra, Ananas, Aníngal, Mangueira, Aracá, Manoa-Plum, Sucuba e Ouro. No Acre, os caxinauá terão uma área demarcada de 20.400 hectares, no município de Feijó, e outra no município de Tauaracá, com um total de 40.400 hectares.

Para o próximo ano, está prevista a demarcação, no Acre, de 370 mil hectares para os Jaminauás e Machineris, outra para os Gaviões, no Pará, e também para os Cricati, no Maranhão.